

Clipping n° 721

, 11 Janeiro 2011 - 10:40:58

Número de falências é menor desde 2005

O Serasa informa: o número de falências no Brasil em 2010 foi o mais baixo desde a promulgação da Nova Lei de Falências, em junho de 2005. Houve 732 decretos ante 831 em 2009. As micros e pequenas empresas tiveram menor número de falências (653) em relação a 2009 (831). As médias empresas somaram 64 ocorrências e as grandes tiveram 15 falências em 2010.

Fonte: Diário do Grande ABC

PR É-SAL - A Petrobras, na qualidade de operadora dos Blocos BMS-11 e BMS-9, informa que foi aprovado o afretamento de duas novas plataformas do tipo FPSO (unidade que produz, armazena e transfere petróleo e gás) destinadas aos projetos-pilotos da área de Guará-Norte e do campo de Cernambi (antiga área de Iracema), localizadas no pré-sal da Bacia de Santos. Cada um dos FPSOs terá capacidade de produzir, diariamente, até 150.000 barris de óleo e 8 milhões de m³ de gás. A previsão é que entrem em operação em 2014, antecipando a produção das áreas anteriormente prevista para o período pós-2014.

Fonte: Petrobras

AGRONEGÓCIO I Para Fernando Homem de Melo ainda é cedo para saber o que muda na política agrícola brasileira no governo de Dilma Rousseff. O professor titular do Departamento de Economia da Universidade de São Paulo (FEA/USP) considera essencial, no entanto, a continuidade de algumas iniciativas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). "O Pronaf é hoje um programa muito importante para o agronegócio brasileiro", afirma.

AGRONEGÓCIO II - Para o professor da USP, o principal desafio do novo governo no campo será elevar a competitividade do agronegócio brasileiro, assegurando sua expansão com sustentabilidade ambiental. "As forças da agricultura hoje se chamam "ganhos de produtividade" e ocupação dos cerrados. É isso que a tornar apta a atender as crescentes demandas interna e externa. Evidentemente, uma taxa de câmbio melhor ajudará", pondera. Fonte: Avicultura Industrial

INSS vai fazer acordo para benefício por invalidez

O INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) vai aumentar as propostas de acordo aos segurados que pedem, na Justiça, a concessão de um benefício por incapacidade, como o auxílio-doença e a aposentadoria por invalidez. A recomendação foi feita pela PFE/INSS (Procuradoria Federal Especializada do INSS), órgão da AGU (Advocacia-Geral da União).

Segundo o memorando, do mês passado, o INSS deverá tentar a conciliação com o segurado sempre que o perito indicado pelo juiz reconhecer a incapacidade. Hoje, o INSS pode recorrer mesmo com o parecer favorável do médico. O objetivo da mudança é diminuir o número de ações na Justiça e reduzir os custos para os cofres públicos.

"O acordo, se acontecer, será já no decorrer do processo judicial. Não há qualquer relação com os procedimentos administrativos", afirmou o coordenador-geral substituto de Matéria de Benefícios da PFE/INSS, procurador federal João Marcelo Arend Fiedler. Ou seja, o segurado não conseguirá fazer acordo no posto. Fonte: Agora SP

Veja o que pode mudar no FGTS neste ano

Quatro propostas que ampliam o saque do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) avançaram no Congresso no ano passado. A votação definitiva das mudanças, porém, ficará para 2011.

A mais recente aprovação ocorreu no início de dezembro. Trata-se da proposta que reduz para um ano o prazo para sacar a grana de contas paradas. Atualmente, quem deixou de ter depósitos do FGTS tem de esperar três anos para levantar o dinheiro e, passado esse prazo, ainda é preciso aguardar a data de aniversário do trabalhador.

Esse projeto foi aprovado na CAS (Comissão de Assuntos Sociais do Senado). Se, até fevereiro, nenhum parlamentar apresentar recurso para que a proposta seja votada em plenário, ela seguirá diretamente para a Câmara dos Deputados. Fonte: Agora SP

Dieese confirma: inflação em 2010 foi mais alta para os mais pobres

São Paulo - O Índice do Custo de Vida (ICV) de dezembro de 2010, calculado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) ficou em 0,65%, queda de 0,39 ponto percentual em relação a novembro. O grupo alimentício foi o que mais pesou para a formação da taxa (1,54%) e, mesmo assim, ficou abaixo da variação de novembro (2,81%). Os aumentos de preços em transporte (0,47%) e habitação (0,28%) também foram determinantes para a inflação de dezembro.

No acumulado de 2010, o ICV apresentou alta de 6,91%, a maior variação desde 2004, quando a inflação chegou a 7,7%.

Segundo o Dieese, a taxa foi mais elevada para as famílias de menor poder aquisitivo (7,67%). O grupo alimentício foi o que mais subiu no ano (11,95%), seguido de habitação (6,68%), educação e leitura (5,48%) e saúde (5,45%). As taxas menores foram observadas em despesas pessoais (4,72%) e transporte (4,25%).

A alta verificada na alimentação se deveu ao aumento dos preços dos produtos in natura e semielaborados (16,70%), com destaque para feijão (66,57%), carne bovina (37,7%), laranja (25,04%) e frango (23,82%). Comer fora de casa ficou 11,52% mais caro. No subgrupo da indústria alimentícia (inflação de 6,51%), destacam-se produtos como queijo mussarela (aumento de 29,27%), leite longa vida (23,19%), farinha de trigo (18,42%), açúcar (16,50%) e sal (14,19%).

No grupo habitação, as taxas maiores ficaram para locação, impostos e condomínio (12,21%) e conservação (7,88%). Os itens do subgrupo locação, impostos e condomínio tiveram taxas distintas. No caso dos impostos, representado, no ICV pelo Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana (IPTU), o reajuste médio foi de 24,51%. Condomínio, com alta de 13,11%, também teve aumento acentuado, em grande parte, por influência da elevação da remuneração da mão de obra, representada pela empregada mensalista (16,39%).

A alta no item saúde foi decorrente dos aumentos de preço da assistência médica (5,39%) e de medicamentos e produtos farmacêuticos (5,74%). No grupo educação e leitura, o primeiro subgrupo (educação) ficou 5,74% mais caro em 2010, enquanto o segundo (leitura) registrou queda de 1,13% nos preços relativos. Já em despesas pessoais, as taxas que mais subiram foram higiene e beleza (3,3%) e fumo e acessórios (6,48%). A alta no segmento de transporte individual foi de apenas 1,15% no ano passado, enquanto no coletivo chegou a 11,96%, quase o dobro da taxa anual de inflação medida pelo Dieese.

Jorge Caetano Fermino